

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

AS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ASPECTOS  
DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

Douglas Sathler (CEDEPLAR - UFMG)

Miguel Felipe (IGC - UFMG)

Evandro Ribeiro (UFMG)

# **As Cidades Médias Da Amazônia Legal: Uma Análise Comparativa Dos Aspectos Demográficos E Socioeconômicos**

## **Resumo**

Após a década de 1960, o intenso processo de urbanização na Amazônia Legal imprimiu um maior grau de complexidade na rede urbana da região, com o aparecimento de cidades de médio porte e de um grande número de pequenas aglomerações populacionais. A partir de uma metodologia própria de análise, o presente estudo explora uma série de indicadores demográficos e socioeconômicos que identificam importantes singularidades da rede de cidades amazônica, destacando o surgimento dos municípios de médio porte na região. Os indicadores demonstram que, ao contrário do que ocorre no Centro-Sul do país, as cidades médias amazônicas não oferecem melhores condições de vida em relação aos demais núcleos urbanos, refletindo níveis preocupantes de desigualdade e pobreza.

## **1 – Introdução**

A rede urbana que se estende sobre a Amazônia Legal<sup>1</sup> assumiu um maior grau de complexidade com a presença de cidades médias e de pequenas aglomerações urbanas que seguem os traçados das principais rodovias e rios da região. Deve-se ressaltar que, há poucas décadas, essa extensa porção do território brasileiro era caracterizada por um pequeno número de cidades, dispersas pela floresta, interconectadas por canais de drenagem, vias únicas de integração daquelas localidades. A população era predominantemente rural e a economia essencialmente voltada para as atividades ligadas aos rios e à floresta.

Nesse contexto, o surgimento de cidades médias e a proliferação de pequenos núcleos urbanos romperam com a enorme dificuldade de interiorização do desenvolvimento na Amazônia. Ademais, sua rede urbana apresenta uma série de peculiaridades que devem ser exploradas com mais profundidade. Apesar de haver sido estruturada uma hierarquia urbana aparentemente similar a das demais regiões, com centros regionais e locais claramente distinguíveis, os diversos níveis hierárquicos urbanos apresentam dinâmicas distintas daquelas estabelecidas para as cidades da região Centro-Sul.

A partir de uma metodologia própria de análise, o artigo procura contribuir para as discussões referentes ao desenvolvimento das cidades médias na Amazônia Legal, com impactos evidentes na distribuição da população, na criação de conflitos sociais e na deterioração do patrimônio ambiental da região.

## **2 – O Processo De Urbanização Na Amazônia Legal**

A atual conformação da rede de cidades da Amazônia Legal foi produzida por um processo de urbanização distinto das demais regiões do Brasil, sendo enormemente influenciado pelas intervenções estatais que ocorreram a partir da década de 1960. O desenvolvimento da *fronteira urbana*<sup>2</sup> foi impulsionado pelo incentivo a grandes empreendimentos, controle da terra e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado. Novos núcleos foram criados, sobretudo em apoio a projetos de mineração, agropecuária e colonização. Nessa região, a urbanização não foi uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasceu urbanizada e com um ritmo de urbanização mais acelerado em relação ao restante do Brasil (BECKER, 1990).

Em 1970, os núcleos urbanos ainda estavam distribuídos de forma irregular na Amazônia Legal, com o predomínio de localidades ribeirinhas de pouca expressividade demográfica. Naquele ano, somente 93 municípios tinham mais de 20 mil habitantes em toda

região (Tabela 1). Entretanto, um adensamento dos núcleos já podia ser percebido nas proximidades de três das principais cidades da região: Belém, São Luis e Cuiabá (Figura 1).

Nessa época, duas características principais da rede urbana da Amazônia chamam atenção. Primeiramente, a primazia de Belém, concentrando grande parte da população regional. Em segundo lugar, a limitada malha viária condicionava a existência de uma estrutura espacial articulada essencialmente a partir de um modelo de transportes fluviais.

A evolução do processo de urbanização e a conseqüente expansão da rede urbana imprimiram uma realidade sócio-espacial bem diferenciada do que se observava em meados do século XX. Na década de 1960, a rede urbana amazônica assumia uma forma simplificada, denominada de dendrítica. Esse padrão pressupõe a existência de uma cidade que concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, além de um número relativamente grande de pequenos núcleos e a ausência de cidades de porte intermediário. A transição da rede dendrítica para a chamada rede complexa ocorreu entre 1970 e 2000, com a formação de uma série de centros que desenvolvem funções multivariadas, diante de uma maior complexidade espacial e funcional.

As medidas do governo possibilitaram “mudanças estruturais que redesenhariam as territorialidades regionais e sub-regionais” (MATOS, 2005, p. 49). A criação de infraestrutura (abertura e a construção de estradas, aeroportos, hidrelétricas e sistema de comunicação) e as políticas de colonização, incentivadas e realizadas pelo Estado, foram às condições que viabilizaram esse padrão de desenvolvimento. Ressalta-se, porém, que estas iniciativas buscavam muito mais o crescimento econômico do que o desenvolvimento *stricto sensu*.

“Tendo em vista que os eixos rodoviários são canais privilegiados de ligação, estruturas físicas-chave sob as quais se definem outras estruturas, estas novas articulações passaram a conduzir a urbanização em detrimento das antigas aglomerações ribeirinhas” (MATOS 2005, p. 51). Percebe-se que os núcleos urbanos com mais de 20 mil habitantes passaram para 231 em 2000, com clara espacialização ao longo das rodovias (Figura 1). Atualmente, os principais eixos são a BR-153 (Belém-Brasília), onde aparecem Imperatriz, Araguaína e Palmas; a via da BR-364 e da BR-174, que corta a porção sudoeste da Amazônia, com destaque para os municípios de Rondonópolis, Cuiabá, Ji-Paraná, Porto Velho e Rio Branco; e a BR-163, com a presença das cidades de Cuiabá e Santarém.

“Nas últimas décadas, foi deflagrada uma verdadeira explosão urbana nas proximidades das principais rodovias da região, diante de um dos mais formidáveis movimentos migratórios de que se tem notícia” (MATOS, 2005, p. 49). As taxas de

crescimento foram superiores às médias nacionais, resultantes das altas taxas de fecundidade e de intensos fluxos migratórios com origem, sobretudo, nas regiões Nordeste e Sul.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios por classes de tamanho demográfico entre 1970 e 2000. Como forma de ampliar as possibilidades de interpretação desta tabela, a Figura 1 apresenta a distribuição espacial da evolução demográfica dos municípios amazônicos nesse mesmo período.

**Tabela 1 - Distribuição dos Municípios da Amazônia Legal por classes de tamanho populacional entre 1970 e 2000**

<b>Nº de Habitantes</b>	<b>1970</b>	<b>(%)</b>	<b>1980</b>	<b>(%)</b>	<b>1991</b>	<b>(%)</b>	<b>2000</b>	<b>(%)</b>
menos de 20.000	239	71,99%	221	60,38%	303	59,88%	530	69,65%
de 20.000 a 50.000	73	21,99%	102	27,87%	142	28,06%	167	21,94%
de 50.000 a 100.000	15	4,52%	31	8,47%	43	8,50%	43	5,65%
de 100.000 a 1.000.000	5	1,51%	12	3,28%	16	3,16%	19	2,50%
mais de 1.000.000	0	0,00%	0	0,00%	2	0,40%	2	0,26%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100%</b>	<b>366</b>	<b>100%</b>	<b>506</b>	<b>100%</b>	<b>761</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE. Censos demográficos, 1970 a 2000.

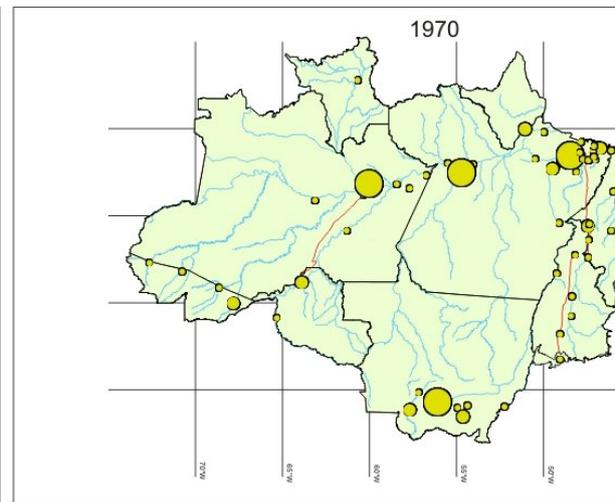
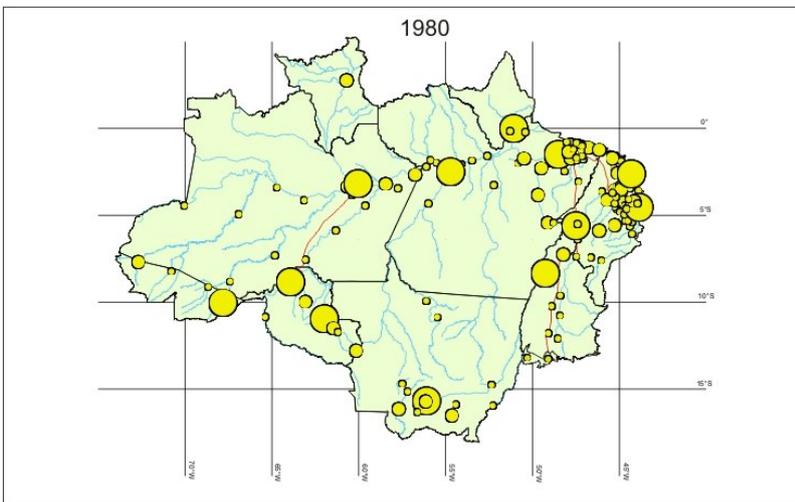
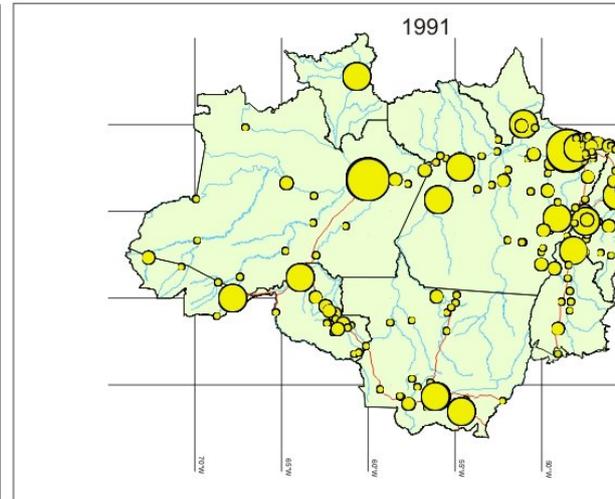
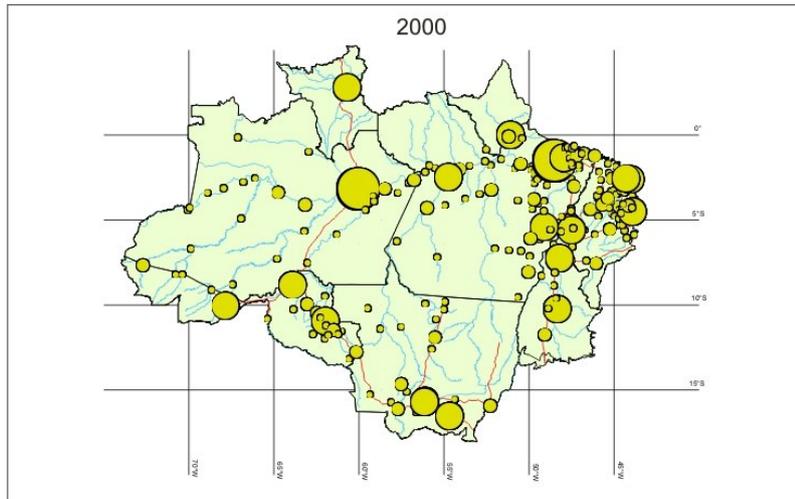
\* O número total de municípios varia durante os anos analisados devido ao surto de emancipações ocorridos, sobretudo, na década de 1990.

Em 1970, havia apenas vinte municípios com população superior a 50 mil habitantes, sendo que apenas cinco possuíam mais de 100 mil, enquanto 239 – equivalente a 72% dos municípios da região – apresentavam população inferior a 20 mil. Já em 1980, percebe-se um aumento no grau de complexidade da rede urbana da Amazônia, que contava com a presença de 12 municípios com mais de 100 mil habitantes e 31 municípios com população entre 50 e 100 mil.

Em 1991, já existiam mais de 500 municípios na Amazônia, sendo que desses, 16 tinham entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Vale destacar que, nesse ano, as populações de Belém e Manaus já superavam o limiar de 1 milhão de pessoas e que, mesmo com um incremento de 140 novas unidades territoriais via emancipação entre 1980-1991, a participação dos municípios de maior população no total da região seguiu aumentando; os acima de 50 mil representavam mais de 12% do total de municípios em 1991.

A década de 1990 foi marcada, em todo o Brasil, por uma explosão de pequenos municípios resultantes das emancipações ocorridas, sobretudo, nos anos de 1993 e 1997. Nesse período, surgiram 255 novos municípios na Amazônia Legal. Como a grande maioria dessas novas localidades emancipou-se com população inferior a 20 mil habitantes, a participação percentual dessa faixa aumentou em detrimento das demais, atingindo valores próximos aos de 1970. Em contrapartida, o número de municípios com mais de 100 mil habitantes também aumentou de 18 para 21.

Figura 1: Evolução da Rede Urbana da Amazônia Legal - 1970/2000



A partir da Figura 1, torna-se claro o impacto da malha viária para o desenvolvimento dessas aglomerações urbanas na região. Percebe-se que existem áreas em que a expansão do tecido urbano foi mais intensa durante o período analisado, sobretudo nas porções sul-sudoeste e Leste, com um desdobramento que segue os contornos do rio Amazonas até Manaus. Entretanto, mesmo em 2000, parte significativa do território da Amazônia Legal ainda contava com um número reduzido de aglomerações urbanas de maior expressividade demográfica em uma extensa faixa que parte do sudeste até o noroeste da região.

### **3 – As Cidades Médias Da Amazônia Legal**

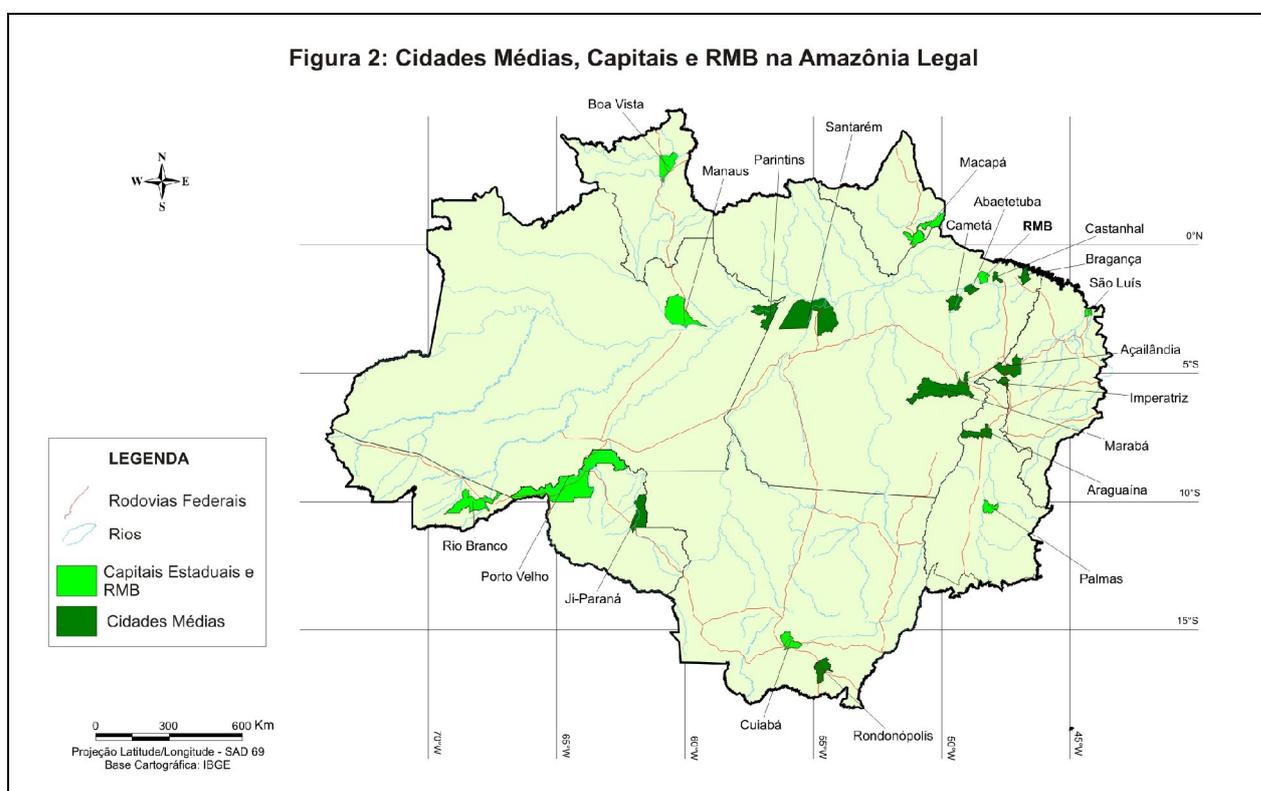
Nas últimas décadas, os dados divulgados pelo IBGE indicam a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles brasileiras, sobretudo àquelas localizadas no Centro-Sul do país. Nesse contexto, as cidades médias dessa porção do território assumem uma posição de maior destaque em relação às metrópoles, apresentando maiores taxas de crescimento demográfico e se tornando o destino preferencial de um expressivo contingente de migrantes.

Estudos recentes indicam certas tendências não presentes nas décadas anteriores, que apontam para a existência de uma dinâmica diferenciada na rede de cidades da Amazônia Legal. As cidades médias amazônicas aparecem como novos vetores de crescimento econômico e demográfico, sem, no entanto, afetar a primazia das metrópoles. Diferentemente das cidades médias do Centro-Sul do país, que oferecem novas possibilidades de trabalho e melhoria das condições de vida para a população, na Amazônia, as cidades médias refletem desemprego e pobreza.

Os limiares demográficos que definem uma cidade média não são universais. No caso do Brasil, país populoso e com um imenso território marcado por profunda heterogeneidade social, cultural e econômica, é de se esperar variações nos níveis e interações das cidades com a região e o meio urbano no qual estão inseridas. De acordo com LAJUGIE (1974, p. 12, citado em AMORIM-FILHO e RIGOTTI, 2002, p. 4), a cidade média se define, antes de tudo, por suas funções, pela posição que ela ocupa na rede urbana, entre a metrópole, com vocação regional, e os pequenos municípios, com influência puramente local. Entretanto, a escolha dos limiares populacionais para a definição das cidades médias depende não apenas do contexto sócio-econômico e cultural, mas também dos objetivos particulares de cada estudo. Diante disso, a

definição de cidade média a partir de um critério estritamente demográfico, se realizada com cautela, pode gerar resultados positivos para a análise (SATHLER *et al*, 2006).

Sendo assim, um critério bastante razoável e que será adotado neste artigo, define os municípios amazônicos de porte médio como aqueles não-metropolitanos com população variando entre 100.000 e 500.000 habitantes. Dessa forma, percebe-se que esses municípios apresentam tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque diversificado de bens e serviços ao espaço microrregional do qual fazem parte, desempenhando o papel de centros de crescimento econômico regional<sup>3</sup> (SATHLER *et al*, 2006). A Figura 2 permite a visualização espacial de todos os municípios de médio porte da Amazônia Legal, além das capitais estaduais e Região Metropolitana de Belém (RMB).



### 3.1 – Análise Dos Componentes Da Dinâmica Demográfica

Nos últimos anos, a expressiva redução das Taxas de Crescimento Geométrico (TCG) da população que compõe a Amazônia Legal não apenas é reflexo do impacto da transição demográfica nessa região, com a diminuição dos níveis de fecundidade, mas também, ocorre

devido à reorientação dos movimentos migratórios internos. As informações contidas na Tabela 2 demonstram que a evolução das TCG dos municípios de médio porte está em conformidade com a tendência verificada para toda a Amazônia Legal no período analisado. A TCG total desses municípios de médio porte passou de 6,46% a.a. para 2,27% a.a. entre 1970-1980 e 1991-2000. Apesar da acentuada queda na TCG, que coincide com o enorme decréscimo da fecundidade, a TCG do total dessas cidades ainda atinge um patamar relativamente elevado na década de 1990.

A partir da Tabela 3, verifica-se uma clara tendência de redução das TCG da RMB, de Manaus, e das demais capitais estaduais entre os períodos analisados. Entretanto, os dados de crescimento populacional revelam que a TCG do total das cidades médias da Amazônia Legal (2,27% a.a.) é inferior ao de Manaus (3,88 % a.a.), ao da RMB (2,82% a.a.) e ao do total apresentado pelas demais capitais estaduais (3,47% a.a.), mesmo considerando que as Taxas de Fecundidade Total (TFT) são, de uma maneira geral, mais elevadas nos municípios de médio porte (ver Tabelas 5 e 6).

A título de comparação, percebe-se que os municípios paulistas apresentam comportamento demográfico diferenciado em relação ao que é observado na Amazônia Legal nos períodos estudados. O total das TCG dos municípios de porte médio entre 1991-2000 (2,2% a.a.) é superior ao valor encontrado para os demais municípios não-metropolitanos sedes de microrregião presentes no estado (1,7% a.a. no total). Nesse mesmo período, as cidades médias paulistas cresceram mais do que a Região Metropolitana de São Paulo (1,65% a.a.), sendo que esta diferença é ainda mais notável quando comparamos com o município sede da região metropolitana (0,88% a.a.) (SATHLER e MIRANDA, 2006).

A Tabela 4 apresenta o número de imigrantes, emigrantes e "saldo migratório" (SM) para as cidades médias da Amazônia Legal, para as capitais estaduais e RMB em 1986-1991 e 1995-2000. Nesse trabalho, considerou-se como migrantes as pessoas maiores de 5 anos que em 1986 e 1995 não moravam no município de residência atual, respectivamente, em 1991 e 2000 (data fixa) (CARVALHO E RIGOTTI, 1998, p. 339)<sup>4</sup>.

**Tabela 2 - População residente e Taxa de Crescimento Geométrico (TCG) nos municípios de médio porte da Amazônia Legal, 1970 a 2000.**

Município	População					TCG		
	1970	1980	1991	2000	2005	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Parintins	38.086	51.381	58.783	90.150	109.150	3,04	1,23	4,91
Imperatriz	80.827	220.079	276.502	283.180	287.589	10,54	2,10	0,27
Açailândia	-	-	83.820	118.510	140.018			3,96
Rondonópolis	62.086	93.718	137.852	166.894	185.062	4,20	3,57	2,17
Abaetetuba	57.520	74.541	99.989	119.152	131.158	2,63	2,71	1,99
Bragança	61.934	85.086	97.149	135.922	148.414	3,23	1,21	3,84
Cametá	59.754	79.320	85.187	97.624	105.416	2,87	0,65	1,54
Castanhal	37.910	65.246	102.071	134.496	154.811	5,58	4,15	3,14
Marabá	24.474	59.881	215.675	321.688	388.105	9,36	12,35	4,59
Santarém	135.215	191.945	265.062	290.526	306.479	3,57	2,98	1,03
Ji-Paraná	-	121.714	328.863	381.026	412.104		9,46	1,66
Araguaína	37.780	72.063	103.315	133.711	152.755	6,67	3,33	2,93
<b>TOTAL</b>	<b>557.806</b>	<b>1.042.911</b>	<b>1.750.953</b>	<b>2.139.168</b>	<b>2.368.306</b>	<b>6,46</b>	<b>4,82</b>	<b>2,27</b>

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Para 2005 dados de população estimada

\*Os dados de população de vários municípios foram agregados devido ao surto de emancipação no período analisado.

**Tabela 3 - População Residente e Taxa de Crescimento Geométrico nas Capitais estaduais da Amazônia e RMB, 1970 a 2000\*.**

UF	Município	Ano					Período		
		1970	1980	1991	2000	2005	1970-1980	1980-1991	1991-2000
RO	Porto Velho	84.048	334.560	702.184	873.668	975.932	14,81	6,97	2,48
AC	Rio Branco	83.977	136.061	230.400	287.992	336.116	4,94	4,90	2,53
RR	Boa Vista	36.464	67.017	189.434	276.624	331.165	6,28	9,91	4,34
AP	Macapá	86.097	137.452	233.614	391.827	490.948	4,79	4,94	5,97
TO	Palmas	-	-	24.334	137.355	208.165			21,42
MA	São Luís	265.486	449.433	696.371	870.028	978.824	5,41	4,06	2,53
MT	Cuiabá	100.860	212.980	422.506	549.888	623.785	7,76	6,42	3,00
	<b>TOTAL</b>	<b>656.932</b>	<b>1.337.503</b>	<b>2.498.843</b>	<b>3.387.382</b>	<b>3.944.935</b>	<b>7,37</b>	<b>5,85</b>	<b>3,47</b>
PA	Belém	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614	1.405.871	3,95	2,65	0,32
PA	Ananindeua	22.527	65.878	88.151	393.569	482.171	11,33	2,68	18,27
PA	Benevides/Marituba/SBP	13.867	22.315	68.465	121.353	154.488	4,87	10,73	6,63
	<b>RMB</b>	<b>669.768</b>	<b>1.021.473</b>	<b>1.401.305</b>	<b>1.795.536</b>	<b>2.042.530</b>	<b>4,31</b>	<b>2,92</b>	<b>2,82</b>
AM	Manaus	<b>311.622</b>	<b>633.383</b>	<b>1.036.896</b>	<b>1.455.720</b>	<b>1.709.409</b>	<b>7,35</b>	<b>4,58</b>	<b>3,88</b>

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Para 2005 os dados de população foram projetados pelo IBGE.

\*Os dados de população de vários municípios foram agregados devido ao surto de emancipação no período analisado.

No período 1986-1991, o “SM” era negativo em seis municípios de médio porte, o que não ocorre em nenhuma capital estadual. Percebe-se, também, que o “SM” do total das cidades médias apresenta valor negativo e a “TLM” é 1,00. Nesse período, o município de Marabá aparece em uma posição de destaque com altos valores de SM (12.744) e “TLM” (5,91%). Ademais, os dados da Tabela 4 sugerem que as altas taxas fecundidade são as principais responsáveis pelo elevado crescimento populacional observado entre 1980-1991 nas cidades médias amazônicas (4,82% a.a). Com isso, parece claro que entre 1986-1991 as capitais estaduais e a RMB possuem maior poder de atração populacional, diante das altas “TLM”.

No período 1995-2000, verifica-se uma ligeira elevação do “SM” e da “TLM” para as cidades médias Amazônicas. Mesmo diante do aumento significativo do volume de emigrantes nas capitais estaduais, os municípios de médio porte, de uma forma geral, ainda são relativamente menos atrativos. O município de Manaus também merece destaque, com “SM” (63.416) e “TLM” (4,36%) bem superiores aos demais níveis hierárquicos urbanos.

**Tabela 4 - Emigrantes e Imigrantes Data Fixa, "Saldo Migratório" (SM) e Taxa Líquida de Migração (TLM) das cidades médias, capitais estaduais amazônicas e RMB, 1986-1991 e 1995-2000\*.**

	1986-1991				1995-2000			
	Emigrantes	Imigrantes	SM	TLM (%)	Emigrantes	Imigrantes	SM	TLM (%)
<b>Cidades Médias</b>								
Santarém (PA)	31.273	22.236	-9.037	-3,41	55.076	20.183	-34.893	-12,01
Imperatriz (MA)	51.786	53.368	1.582	0,57	60.379	33.691	-26.688	-9,42
Marabá (PA)	42.514	55.258	12.744	5,91	43.885	62.808	18.923	5,88
Rondonópolis (MT)	16.957	18.601	1.644	1,19	23.947	18.681	-5.266	-3,16
Castanhal (PA)	14.633	18.026	3.393	3,32	16.779	21.145	4.366	3,25
Abaetetuba (PA)	8.712	5.741	-2.971	-2,97	12.125	36.844	24.719	20,75
Araguaína (TO)	15.420	20.724	5.304	5,13	22.260	21.115	-1.145	-0,86
Ji-Paraná (RO)	35.080	33.030	-2.050	-0,62	40.294	59.760	19.466	5,11
Parintins (AM)	7.024	3.851	-3.173	-5,40	10.862	5.841	-5.021	-5,57
Cametá (PA)	11.729	3.858	-7.871	-9,24	13.201	36.844	23.643	24,22
Bragança (PA)	18.980	6.305	-12.675	-13,05	20.345	8.194	-12.151	-8,94
Açailândia (MA)	14.728	17.447	2.719	3,24	16.044	21.399	5.355	4,52
<b>TOTAL</b>	<b>268.836</b>	<b>258.445</b>	<b>-10.391</b>	<b>1,00</b>	<b>335.197</b>	<b>346.505</b>	<b>11.308</b>	<b>1,38</b>
<b>Capitais estaduais</b>								
Porto Velho (RO)	35.081	70.624	35.543	5,06	53.356	111.736	58.380	6,68
Rio Branco (AC)	17.676	24.692	7.016	3,05	20.165	26.721	6.556	2,28
Boa Vista (RR)	7.074	38.030	30.956	16,34	16.536	5.385	-11.151	-4,03
Macapá (AP)	10.869	27.383	16.514	7,07	20.869	53.312	32.443	8,28
Palmas (TO)	666	19.287	18.621	76,52	16.199	63.512	47.313	34,45
São Luís (MA)	66.817	84.805	17.988	2,58	77.181	77.391	210	0,02
Cuiabá (MT)	47.616	65.478	17.862	4,23	74.029	58.592	-15.437	-2,81
<b>TOTAL</b>	<b>185.799</b>	<b>330.299</b>	<b>144.500</b>	<b>5,78</b>	<b>278.335</b>	<b>396.649</b>	<b>118.314</b>	<b>3,49</b>
<b>RMB</b>	<b>95.932</b>	<b>132.947</b>	<b>37.015</b>	<b>2,64</b>	<b>127.078</b>	<b>143.798</b>	<b>16.720</b>	<b>0,93</b>
<b>Manaus (AM)</b>	<b>53.104</b>	<b>97.885</b>	<b>44.781</b>	<b>4,32</b>	<b>81.531</b>	<b>144.947</b>	<b>63.416</b>	<b>4,36</b>

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

\*Os municípios emancipados nesse período foram agregados.

No total, a “TLM” das capitais estaduais apresenta valor muito superior ao das cidades médias, sendo que nenhuma das capitais apresentou “TLM” negativa em 1986-1991. Já em 1995-2000, apenas Boa Vista e São Luís apresentaram “TLM” negativa. Também merece destaque o município de Palmas que, devido a sua recente criação, os valores das são “TLM” muito elevados nos períodos analisados (76% e 34% em 1986-1991 e 1995-2000, respectivamente).

As altas Taxas de Fecundidade Total (TFT) observadas nos anos 1950 e 1960 no Norte brasileiro contribuíram de maneira intensa para a manutenção de altas TCG nesse período. Este componente da dinâmica demográfica comportou-se de forma diferenciada na Amazônia Legal se comparado ao que ocorreu nos estados do Centro-Sul do país. Nesse sentido, com uma significativa defasagem temporal, apenas a partir da década de 1970 é que a redução dos níveis de fecundidade passou a se tornar uma realidade nessa região (MOREIRA, 2000). Após o início da Transição Demográfica, os dados indicam que a redução da fecundidade foi mais veloz nessa região em relação ao que ocorreu com o restante do país. A evolução da globalização, a generalização dos meios de comunicação e a relativa disponibilidade de métodos contraceptivos eficazes e modernos são as principais forças responsáveis pela enorme intensidade do desenvolvimento desse processo em todos os estados que compõe a Amazônia Legal (WONG, 2000).

As informações contidas nas Tabelas 5 e 6 indicam que a fecundidade na Amazônia Legal caiu de maneira acentuada durante a década de 1990 nas cidades médias, nas capitais estaduais e na RMB. Os dados sugerem que, de uma maneira geral, a Transição Demográfica está mais adiantada nas capitais estaduais do que nas cidades médias. No ano de 1991, a TFT atingia valores superiores a 4,0 em sete das doze cidades médias estudadas. Segundo a Tabela 6, nenhuma capital estadual possuía a TFT superior a este nível, encontrado apenas em dois municípios da periferia da RMB (Benevides e Santa Bárbara do Pará). Já em 2000, seis municípios de médio porte possuíam valores superiores a 3,0 e, destes, apenas dois municípios ainda possuíam TFT maior do que 4,0 (Parintins e Cametá). Neste ano, apenas uma capital estadual (Macapá) apresentava TFT superior a 3,0. Também vale destacar que os municípios metropolitanos de Marituba e Santa Bárbara do Pará exibiam em 2000, TFT em níveis próximos aos apresentados por algumas cidades médias da Amazônia Legal (3,18 e 3,20 respectivamente).

Em 2000, a TFT de nenhuma das cidades médias estava abaixo do nível de reposição (2,1), enquanto que três capitais estaduais já tinham fecundidade inferior a este valor neste mesmo ano (São Luís, Cuiabá e Belém). Neste mesmo ano, no sudeste do país, mais da metade (seis) das cidades médias do estado de São Paulo (SP) possuía fecundidade abaixo do nível de reposição, o que evidencia que o processo da Transição da fecundidade nas cidades médias da Amazônia ainda se encontra defasado, com um distanciamento significativo em relação aos

valores encontrados nas cidades médias da região mais dinâmica do Brasil. (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

**Tabela 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Esperança de Vida ao nascer (e0) para os municípios de médio porte da Amazônia Legal.**

Municípios	TFT	TFT	TMI	TMI	e0	e0
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Santarém (PA)	4,02	2,52	50,72	27,00	63,58	70,28
Imperatriz (MA)	3,27	2,68	74,73	44,47	59,09	64,38
Marabá (PA)	4,46	3,38	58,18	44,56	61,80	65,08
Rondonópolis (MT)	2,41	2,27	29,64	23,57	65,16	70,67
Castanhal (PA)	3,39	2,69	48,64	25,99	64,10	70,63
Abaetetuba (PA)	5,12	3,15	44,63	25,61	65,15	70,77
Araguaína (TO)	2,97	2,76	47,90	35,38	63,84	67,46
Ji-Paraná (RO)	3,36	2,26	37,04	28,31	64,51	66,92
Parintins (AM)	7,45	5,35	50,43	38,66	63,19	67,30
Cametá (PA)	6,84	4,75	44,63	36,52	65,15	67,29
Bragança (PA)	5,34	3,59	81,84	45,94	56,94	64,72
Açailândia (MA)	4,23	3,27	82,36	52,16	57,69	62,30

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

**Tabela 6 - Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Esperança de Vida ao nascer (e0) para capitais estaduais da Amazônia Legal e RMB.**

Municípios	TFT	TFT	TMI	TMI	e0	e0
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Porto Velho (RO)	3,19	2,63	43,88	34,63	62,99	64,81
Rio Branco (AC)	3,90	2,43	36,18	29,58	65,62	66,82
Boa Vista (RR)	3,51	2,41	45,43	31,64	63,69	67,11
Macapá (AP)	3,75	3,25	39,76	30,83	66,39	67,89
Palmas (TO)	3,75	2,52	49,99	37,20	63,93	67,74
São Luís (MA)	2,74	2,00	49,31	27,44	65,18	69,19
Cuiabá (MT)	2,54	2,02	28,19	28,17	66,31	69,06
<b>Manaus</b>	3,04	2,55	43,21	28,73	65,87	67,65
<b>RMB</b>						
Belém (PA)	2,34	1,96	38,38	26,45	67,62	70,50
Ananindeua (PA)	2,80	2,35	41,50	21,70	66,00	72,19
Benevides (PA)	4,32	2,63	68,63	45,39	59,53	64,87
Marituba (PA)	3,57	3,18	58,58	42,16	61,71	65,72
Santa Bárbara do Pará (PA)	4,80	3,20	60,60	45,40	61,30	64,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

As Tabelas 5 e 6 também indicam que a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) caiu significativamente em todos os níveis hierárquicos urbanos estudados entre os anos de 1991 e 2000. JANNUZZI (2003) declara que “a TMI tem sido empregada tradicionalmente como um indicador social representativo das condições gerais de vida ou saúde prevalentes em uma região ou segmento populacional”. Diante desta afirmação, percebe-se que a nítida redução da

TMI nas cidades médias, nas capitais estaduais e nos demais municípios da RMB são reflexos evidentes que sinalizam uma série de melhorias nas condições de vida da população.

Em 2000, sete das doze cidades médias e quatro das nove capitais estaduais da Amazônia Legal ainda não tinham TMI abaixo da média brasileira (30,57). Apesar dos ganhos significativos nas TMI destes municípios durante a década de 1990, existem importantes desafios a serem superados pelos formuladores de políticas públicas, já que os níveis de mortalidade infantil ainda são bastante elevados nos municípios estudados. A título de comparação, todas as cidades médias de SP possuem TMI a baixo da média nacional. (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

Outro indicador demográfico importante e que merece destaque é a esperança de vida ao nascer ( $e^0$ ). Todas as cidades médias representadas pela Tabela 5 tiveram ganhos em esperança de vida ao nascer entre os dois períodos analisados. Em 2000, nenhuma cidade média apresentava  $e^0$  inferior a 60 (contra três em 1991). A Tabela 6 indica que esta tendência de aumento da  $e^0$  também se confirmou para as capitais estaduais e demais municípios da RMB entre 1991 e 2000. No caso das cidades médias de SP, todas possuem valores de  $e^0$  superiores ao da capital estadual (70,66), realidade bem distante do que é observado na Amazônia Legal nos anos analisados.

### **3.2 – Análise Comparativa Dos Indicadores Socioeconômicos**

A análise dos indicadores socioeconômicos é um importante exercício para o entendimento do comportamento das variáveis demográficas das cidades médias e das capitais estaduais amazônicas. Esta seção apresenta um estudo de uma série de indicadores socioeconômicos, a saber: proporção de pobres, renda per capita, Índice de Gini, indicadores de anos de estudo e analfabetismo, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e indicadores de acesso a serviços de coleta de lixo, abastecimento de água e energia elétrica.

As Tabelas 7 e 8 demonstram a proporção de pobres<sup>5</sup>, a renda per capita<sup>6</sup> e o Índice de Gini<sup>7</sup> da RMB, das cidades médias e das capitais estaduais amazônicas. Nos dois anos analisados, a proporção de pobres assume valores preocupantes para as cidades médias da Amazônia Legal. Em 1991, apenas Rondonópolis e Ji-Paraná não tinham mais da metade da sua população classificada como pobre de acordo com o critério utilizado nesse artigo. Em 2000, a situação ainda era problemática e bastante preocupante, já que seis cidades médias amazônicas ainda tinham mais de 50% da sua população constituída de pobres. Nas capitais estaduais a pobreza não

alcança tamanha dimensão, apesar de ainda ser um problema evidente. Em 2000, apenas em Cuiabá menos 20% das pessoas eram pobres. No caso paulista, a título de comparação, todas as cidades médias do estado tinham proporção de pessoas pobres inferior a 15% neste mesmo ano, sendo que cinco destas apresentavam valores inferiores a 10% (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

As Tabelas 7 e 8 deixam bastante claro que existem grandes diferenças nos valores de renda per capita das cidades médias em relação as capitais estaduais amazônicas. Em 2000, apenas Rondonópolis (R\$ 294,33), Araguaína (R\$ 211,51) e Ji-Paraná (R\$ 269,38) tinham renda per capita superior a R\$ 200,00. Nesse mesmo ano, nenhuma capital estadual apresentava renda per capita inferior a este valor que, de acordo com a Tabela 8, era encontrado apenas nos municípios da periferia da RMB. Mesmo tendo em mente as diferenças significativas no custo de vida em relação aos municípios do Centro-Sul do país, percebe-se que a situação dos municípios estudados da Amazônia Legal está bem distante do que é observado em SP, já que apenas Franca tinha renda per capita inferior a 400,00 em 2000, enquanto que Cuiabá era a única capital estadual da Amazônia que apresentava renda per capita superior a este patamar (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

A partir da observação das Tabelas 7 e 8 também fica evidente o enorme grau de desigualdade existente em todas as cidades amazônicas estudadas. De uma forma geral, houve aumento no índice de Gini destes municípios entre 1991 e 2000, o que indica uma situação de agravamento do problema da distribuição de renda. Enquanto todas as cidades médias de SP apresentam índice de Gini inferior a 6,0 em 2000, percebe-se que são poucas as cidades médias ou capitais estaduais amazônicas que possuem índice de Gini inferior a este valor. Ademais, os dados indicam que apesar da renda per capita da cidade de São Paulo (R\$ 610,04) ser maior se comparada com a das cidades médias de SP em 2000, a desigualdade em SP, neste mesmo ano, é significativamente mais elevada na capital do que nas cidades médias do estado (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

Os indicadores educacionais contidos nas Tabelas anexas 1 e 2 deixam claro que, de uma forma geral, as populações que residem nas capitais estaduais da Amazônia Legal apresentam melhores condições educacionais do que os habitantes das cidades médias da região. Apesar da melhoria na média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade e do percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas para todas as cidades médias da Amazônia entre 1991 e

2000, em ambos os períodos analisados, estes valores estão distantes da realidade das capitais estaduais representadas na Tabela 2 em anexo.

**Tabela 7 - Proporção de pobres, Renda per Capita e Índice de Gini para as Cidades Médias da Amazônia Legal, 1991 e 2000.**

Município	Proporção de Pobres		Renda per Capita		Índice de Gini	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Santarém (PA)</b>	61,90	54,00	105,98	139,90	0,56	0,62
<b>Imperatriz (MA)</b>	57,00	42,10	140,04	193,11	0,62	0,61
<b>Marabá (PA)</b>	56,50	44,00	132,00	188,59	0,60	0,63
<b>Rondonópolis (MT)</b>	31,90	23,60	230,74	294,33	0,58	0,59
<b>Castanhal (PA)</b>	51,80	45,30	140,44	162,25	0,57	0,57
<b>Abaetetuba (PA)</b>	66,60	64,70	86,99	102,14	0,51	0,59
<b>Araguaína (TO)</b>	50,00	34,20	188,63	211,51	0,62	0,62
<b>Ji-Paraná (RO)</b>	42,00	27,00	164,85	269,38	0,56	0,60
<b>Parintins (AM)</b>	68,10	68,80	102,71	91,73	0,62	0,62
<b>Cametá (PA)</b>	81,20	78,20	61,41	71,06	0,50	0,61
<b>Bragança (PA)</b>	74,10	62,90	73,43	105,28	0,50	0,57
<b>Açailândia (MA)</b>	59,90	54,60	123,20	148,62	0,59	0,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

**Tabela 8 - Proporção de pobres, Renda per Capita e Índice de Gini para as Capitais estaduais da Amazônia Legal e RMB, 1991 e 2000.**

Município	Proporção de Pobres		Renda per Capita		Índice de Gini	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Porto Velho (RO)</b>	28,3	28,6	246,81	305,21	0,57	0,62
<b>Rio Branco (AC)</b>	35,4	32,1	219,50	264,43	0,60	0,62
<b>Boa Vista (RR)</b>	24,4	24,8	291,47	299,46	0,57	0,58
<b>Macapá (AP)</b>	29,2	35,4	233,51	253,69	0,56	0,62
<b>Palmas (TO)</b>	40,9	24,3	233,04	358,05	0,63	0,65
<b>São Luís (MA)</b>	43,8	39,9	189,45	252,13	0,61	0,65
<b>Cuiabá (MT)</b>	23,4	18,8	311,08	442,10	0,60	0,65
<b>Manaus (AM)</b>	23,6	35,2	276,90	262,40	0,57	0,64
<b>RMB</b>						
<b>Belém (PA)</b>	29,2	30,0	271,04	313,93	0,60	0,65
<b>Ananindeua (PA)</b>	36,3	35,3	185,44	187,79	0,54	0,54
<b>Benevides (PA)</b>	70,8	23,1	78,65	137,80	0,53	0,59
<b>Marituba (PA)</b>	59,9	49,1	101,44	126,77	0,53	0,53
<b>Santa Bárbara do Pará (PA)</b>	71,6	60,2	74,10	103,00	0,52	0,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Para o ano de 2000, a Tabela anexa 2 indica que somente a capital Rio Branco tinha média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de idade inferior a 6,0 (5,98). Nesse mesmo ano, apenas em uma das doze cidades médias estudadas o valor deste indicador era superior a 6,0 (Rondonópolis). A título de comparação, das onze cidades médias paulistas, apenas em Franca (6,59), Limeira (6,5), Piracicaba (6,99) e Marília (6,99) estes valores eram inferiores a 7,0 em 2000 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

Os dados referentes ao ano de 1991 revelam que em cinco cidades médias da Amazônia Legal mais de 30% das pessoas de 25 anos ou mais eram analfabetas. Nesse mesmo ano, apesar

de menos alarmante, a situação também era preocupante nas capitais estaduais, já que em dois municípios (Rio Branco e Palmas) mais de 20% das pessoas com idade superior a 25 anos eram analfabetas (25,02 e 21,22%, respectivamente). Em seis cidades médias no ano de 2000, o analfabetismo era uma realidade para mais de 20% dessa parcela da população. Situação bem desfavorável se comparada com as capitais estaduais que, neste mesmo ano, os valores eram inferiores a 10% em cinco destas. Mais desfavorável ainda se comparado com a situação de SP, em que nenhuma cidade média do estado apresentava proporção de pessoas analfabetas de 25 anos ou mais superior a 10% em 2000 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

As Tabelas 11 e 12 apresentam o IDH-M em 1991 e 2000 das cidades médias e capitais estaduais da Amazônia Legal. O IDH-M é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices referentes às dimensões Longevidade (IDH-M - Longevidade), Educação (IDH-M - Educação) e Renda (IDH-M - Renda). De uma forma geral, pode-se dizer que todos esses municípios apresentaram no período estudado uma melhora significativa nesse índice, com destaque para Palmas, Açailândia e Bragança. As cidades médias amazônicas, mesmo com o crescimento relativamente superior do IDH-M entre 1991 e 2000, ainda possuíam índice inferior ao das capitais estaduais, chegando em alguns casos em patamares inferiores a 0,7 em 2000.

Na RMB, enquanto Belém possuía valores relativamente elevados de IDH-M, os índices na periferia (Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará) são baixos, similares aos das cidades médias. Apenas em Ananindeua o valor do IDH-M é relativamente elevado. Já em Manaus, o valor do índice é relativamente baixo, sobretudo se comparado ao da maioria das capitais.

Dos três componentes do IDH-M (educação, longevidade e renda) o mais equiparado entre as cidades médias e as capitais estaduais é a longevidade. O índice médio para ambos os grupos de municípios é muito semelhante. Quanto ao IDH-M Educação, de um modo geral, a diferença entre as cidades médias e as capitais estaduais é considerável, mas não suficiente para explicar a distância entre o índice agregado. A renda é o componente de maior discrepância, atuando de maneira determinante nas diferenças existentes entre os IDH-M das cidades médias e das capitais amazônicas.

Somente Rondonópolis e Ji-Paraná tinham, no grupo das cidades médias, IDH-M Renda superior a 0,700. Os baixos valores dos IDH-M Renda nesses municípios aparecem com maior nitidez quando comparados às capitais estaduais. Apesar de Macapá e São Luís possuírem índices

inferiores a 0,700 (0,697 e 0,696, respectivamente) para o ano de 2000, seus índices ainda são superiores a dez das doze cidades médias.

Em relação a São Paulo, as diferenças são ainda mais discrepantes, já que todas as cidades médias deste estado possuem IDH-M superiores a 0,800, o que não é observado em nenhuma cidade média amazônica e apenas em três capitais estaduais dessa região. Apenas no município de Cuiabá o valor do IDH-M (0,821) é superior ao de Limeira (0,814), que possui o menor valor entre todas as cidades médias paulistas (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

**Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para as Cidades Médias da Amazônia Legal, 1991 e 2000.**

Município	IDHM		IDH-M (educação)		IDH-M (longevidade)		IDH-M (renda)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Santarém (PA)	0,661	0,746	0,788	0,884	0,643	0,755	0,551	0,598
Imperatriz (MA)	0,626	0,722	0,713	0,860	0,568	0,656	0,598	0,651
Marabá (PA)	0,639	0,714	0,717	0,826	0,613	0,668	0,588	0,647
Rondonópolis (MT)	0,714	0,791	0,793	0,890	0,669	0,761	0,681	0,722
Castanhal (PA)	0,673	0,746	0,768	0,854	0,652	0,761	0,598	0,622
Abetetuba (PA)	0,619	0,706	0,669	0,811	0,669	0,763	0,518	0,545
Araguaína (TO)	0,685	0,749	0,762	0,873	0,647	0,708	0,647	0,667
Ji-Paraná (RO)	0,680	0,753	0,756	0,853	0,659	0,699	0,625	0,707
Parintins (AM)	0,658	0,696	0,791	0,855	0,636	0,705	0,546	0,527
Cametá (PA)	0,621	0,671	0,733	0,823	0,669	0,705	0,460	0,484
Bragança (PA)	0,557	0,662	0,649	0,774	0,532	0,662	0,490	0,550
Açailândia (MA)	0,564	0,666	0,571	0,769	0,545	0,622	0,576	0,608

Fonte: Atlas de desenvolvimento Humano do Brasil.

**Tabela 12 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para as capitais estaduais da Amazônia Legal e RMB, 1991 e 2000.**

Município	IDHM		IDH-M (educação)		IDH-M (longevidade)		IDH-M (renda)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Porto Velho (RO)	0,710	0,763	0,806	0,898	0,633	0,664	0,692	0,728
Rio Branco (AC)	0,703	0,754	0,760	0,860	0,677	0,697	0,673	0,704
Boa Vista (RR)	0,731	0,779	0,828	0,910	0,645	0,702	0,720	0,725
Macapá (AP)	0,730	0,772	0,817	0,904	0,690	0,715	0,683	0,697
Palmas (TO)	0,696	0,800	0,755	0,934	0,649	0,712	0,683	0,754
São Luís (MA)	0,721	0,778	0,845	0,901	0,670	0,737	0,648	0,696
Cuiabá (MT)	0,760	0,821	0,860	0,938	0,689	0,734	0,731	0,790
<b>Manaus (AM)</b>	0,745	0,774	0,843	0,909	0,681	0,711	0,712	0,703
<b>RMB</b>								
Belém (PA)	0,767	0,806	0,883	0,928	0,710	0,758	0,708	0,732
Ananindeua (PA)	0,733	0,782	0,871	0,913	0,683	0,787	0,645	0,647
Benevides (PA)	0,619	0,711	0,782	0,875	0,575	0,664	0,501	0,595
Marituba (PA)	0,649	0,713	0,791	0,880	0,612	0,679	0,544	0,581
Santa Bárbara do Pará (PA)	0,619	0,686	0,761	0,847	0,604	0,664	0,491	0,546

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Já as Tabelas 13 e 14, trazem informações sobre o percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, com energia elétrica e em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo nas cidades médias amazônicas nos anos de 1991 e 2000. Em 2000, sete

municípios de médio porte não ofereciam serviço de água encanada para mais de 50% da população residente. Mesmo com a expansão deste serviço em todas as cidades médias entre 1991 e 2000, percebe-se que a situação ainda é preocupante. Apenas em quatro municípios de médio porte mais de 70% da população tinha acesso a este serviço básico. Segundo a Tabela 14, Rio Branco e São Luís eram as únicas capitais estaduais em que menos de 70% das pessoas residentes tinham acesso à água encanada em 2000. Entretanto, os serviços ofertados pelas capitais estaduais da Amazônia Legal ainda não estão próximos de atender toda a demanda de maneira satisfatória.

**Tabela 13 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, com energia elétrica e em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo nas cidades médias Amazônicas, 1991 e 2000.**

Município	Água encanada (%)		Energia elétrica (%)		Coleta de lixo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Santarém (PA)	48,94	49,35	71,57	79,31	31,99	69,48
Imperatriz (MA)	51,32	72,74	96,04	99,25	43,04	89,35
Marabá (PA)	40,19	48,96	83,93	87,78	43,10	66,21
Rondonópolis (MT)	77,95	87,25	91,27	97,57	73,98	94,36
Castanhal (PA)	52,54	59,59	88,80	95,27	54,05	78,30
Abaetetuba (PA)	39,70	39,93	56,19	69,82	18,18	77,88
Araguaína (TO)	51,17	73,39	83,91	94,92	38,16	86,17
Ji-Paraná (RO)	55,55	78,40	71,27	96,07	53,96	84,94
Parintins (AM)	29,68	40,11	66,18	67,57	18,17	52,53
Cametá (PA)	28,62	35,94	28,65	51,16	8,27	29,71
Bragança (PA)	32,02	42,00	58,88	75,02	23,90	55,02
Açailândia (MA)	26,83	40,40	80,64	94,60	27,02	74,50

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

**Tabela 14 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, com energia elétrica e em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo nas capitais estaduais Amazônicas e RMB, 1991 e 2000.**

Município	Água encanada (%)		Energia elétrica (%)		Coleta de lixo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Porto Velho (RO)	58,26	71,48	95,47	97,06	68,68	85,90
Rio Branco (AC)	51,50	53,20	92,98	95,22	65,57	89,43
Boa Vista (RR)	67,92	77,63	96,20	98,83	81,14	91,53
Macapá (AP)	70,16	71,56	93,72	98,70	79,03	83,64
Palmas (TO)		84,15		98,14		94,88
São Luís (MA)	69,62	66,13	99,06	99,68	64,97	75,91
Cuiabá (MT)	80,60	84,33	97,55	99,70	87,79	93,20
Manaus (AM)	81,94	75,05	99,23	99,00	78,06	91,30
Belém (PA)	74,80	81,12	98,97	99,46	84,63	95,95
Ananindeua (PA)	52,59	70,30	98,93	99,50	32,05	85,54
Benevides (PA)	42,76	52,78	91,39	98,81	28,16	86,64
Marituba (PA)	23,61	43,74	91,47	99,14	14,04	54,70
Santa Bárbara do Pará (PA)	30,32	44,56	85,39	95,10	0,30	83,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

No ano de 2000, em seis cidades médias amazônicas a oferta de energia elétrica estava abaixo da média nacional (93,48%). Situação bem inferior ao das capitais estaduais, já que em nenhum destes municípios à percentagem da população que residia em domicílios com energia elétrica estava abaixo desse valor. Entretanto, deve-se ressaltar que entre 1991 e 2000, ocorreram melhorias significativas no que tange ao acesso de energia elétrica nas cidades médias representadas na Tabela 13.

A universalização do serviço de coleta de lixo ainda é uma realidade distante nas cidades médias da Amazônia Legal, já que apenas em quatro municípios de médio porte mais de 80% da população residente tinha acesso à coleta de lixo no ano de 2000. As Tabelas 13 e 14 permitem observar que a oferta desse serviço nas capitais estaduais está relativamente mais próxima do satisfatório, embora distante da realidade das cidades mais bem estruturadas do Centro-Sul do país (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

Nas cidades médias de SP praticamente toda a demanda de serviços básicos dos domicílios é suprida. Vale ressaltar que a qualidade dos serviços prestados nessas cidades é superior ao da capital do estado e dos demais municípios da RMSP. Entretanto, os problemas que envolvem o acesso à água encanada, energia elétrica e coleta de lixo nessas cidades não estão totalmente resolvidos, já que, em termos absolutos, os contingentes populacionais carentes desses serviços ainda são significativos. O mesmo não acontece nas cidades médias da Amazônia Legal, já que a oferta desses serviços básicos está distante de atender de maneira satisfatória toda a população. (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003).

#### **4 – Considerações Finais**

A análise dos aspectos demográficos e socioeconômicos das cidades médias e das capitais estaduais amazônicas se revelou como sendo um exercício de grande valia para o entendimento dos impactos produzidos pelo distinto processo de urbanização na região. Os diversos indicadores revelam com clareza o papel diferenciado que as cidades médias assumem na rede urbana amazônica em relação ao que é observado no Centro-Sul brasileiro.

O crescimento do dinamismo da rede urbana da Amazônia parece evidente, sobretudo ao verificar o incremento da articulação em relação à rede de localidades centrais do Brasil, com dois centros – Manaus e a Região Metropolitana de Belém – entre as doze principais localidades da rede brasileira (MATOS, 2005). Além disso, o surgimento das cidades médias e a

multiplicação dos pequenos municípios imprimiram maior complexidade e diversificação na rede de cidades regional.

Entretanto, enquanto os municípios de médio porte de SP oferecem melhores condições de vida, a realidade das cidades médias amazônicas impõe importantes desafios para os formuladores e gestores de políticas públicas. A precariedade da oferta de serviços básicos e os grandes níveis de desigualdade e pobreza fazem com que estas cidades amazônicas tenham menor poder de atração populacional em relação as capitais estaduais. Ademais, estudos posteriores poderão fornecer análises consistentes das dinâmicas demográficas e socioeconômicas das pequenas aglomerações populacionais dispersas na região.

## 5 – Referências Bibliográficas

AMORIM-FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2002.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. 2003. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R.; Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 1998.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 2a ed. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2003.

KEMPEL, S. A. *et. al.* **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas - Ação "Métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental". Ministério da Ciência e Tecnologia/ INPE, 2001.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: MATOS, R. (org). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-57.

MOREIRA, MORVAN DE MELLO; FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A AMAZONIA. **Projeções das populações em idade escolar dos municípios do Estado do Amazonas segundo grupos de idades ; 1996-2000**. Manaus: FUNDAJ, 2000.

SATHLER, D.; MIRANDA, V. F. Desconcentração demográfica paulista:novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência dos pequenos municípios.. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2006.

SATHLER, D.; MIRANDA, V. F.; UMBELINO, G. J. M.; BERBERT, L. S. As cidades médias paulistas em perspectiva: migração e crescimento populacional no contexto da desconcentração demográfica. II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias. **Anais...**, Uberlândia, 2006.

STEINBERGER, M. e ALENCAR, T. R. Patamar urbano de poder na Amazônia brasileira: uma proposta preliminar para discussão. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2004.

WONG, L. R.. A projeção da fecundidade: Um exercício aplicado ao Brasil para o período 1991- 2020. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasil, 500 anos: Mudanças e Continuidades**. CD-ROM. Recife: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2000.

## Notas

<sup>1</sup> A Amazônia Legal é constituída pelas UFs pertencentes à região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, até o paralelo 13° sul) e Nordeste (Maranhão, até o meridiano 44°W).

<sup>2</sup> A fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, muitas vezes se antecipando a expansão de várias frentes. (BECKER, 1990).

<sup>3</sup> Mesmo que algumas cidades da Amazônia não apresentem expressivos contingentes populacionais como as cidades médias do Centro-Sul do país, ainda sim estas desempenham papel de cidades de porte médio, já que são dotadas de uma extensa zona de influência. Apenas São José de Ribamar e Várzea Grande não serão classificadas como municípios de médio porte devido o alto grau de proximidade e relacionamento com as respectivas capitais São Luís e Cuiabá, que confere a estas localidades características distintas as demais cidades médias da Amazônia Legal. Também deve-se ressaltar que, neste trabalho, as cidades médias do Sudeste serão aquelas não-metropolitanas com população entre 200.000 e 500.000 pessoas.

<sup>4</sup> Não devem ser contabilizados como migrantes os movimentos de indivíduos que não estabelecem residência permanente no local de destino, uma vez que o conceito de migração refere-se às mudanças de residência entre unidades espaciais bem definidas. Os limites territoriais a serem transpostos devem ser especificados e, após o recorte temporal ser definido, só serão consideradas as mudanças de residências nesse período. O “Saldo Migratório” (“SM”) aqui utilizado, pode ser entendido como o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes (data fixa), considerando-se os efeitos indiretos do fluxo (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p. 341). Entretanto, o saldo migratório calculado não está em plena conformidade com a conceituação teórica, pois desconsidera os migrantes com menos de cinco anos de idade na data do recenseamento (efeito direto e indireto) e, também, não contabiliza o efeito da migração internacional. Apesar disso, deve-se admitir que o “saldo migratório” ainda pode ser considerado uma importante ferramenta de investigação. Nessa mesma linha de raciocínio, a “Taxa Líquida de Migração” (“TLM”) pode ser encontrada a partir da razão entre o “SM” e a população observada no município no final do período.

<sup>5</sup> A proporção de pobres representada corresponde ao percentual de pessoas com renda per capita abaixo de 75 reais por mês.

<sup>6</sup> A renda per capita, é um indicador econômico, já que mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de uma determinada região. De acordo com JANNUZZI (2003), “ainda que não figure hoje com o mesmo status de validade, a renda per capita é um indicador ainda muito referido nos relatórios sociais dos organismos internacionais, compondo, inclusive, o IDH do PNUD”.

<sup>7</sup> O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, a 1, quando a desigualdade é máxima e apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade. (JANNUZZI, 2003).

## ANEXO

**Tabela 1 - Média de anos de estudo e Percentual de pessoas analfabetas de 25 anos ou mais para as Cidades Médias da Amazônia Legal, 1991 e 2000.**

Município	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	
	1991	2000	1991	2000
Santarém (PA)	4,25	5,43	22,04	14,84
Imperatriz (MA)	4,01	5,42	31,98	20,92
Marabá (PA)	3,84	5,05	30,26	22,68
Rondonópolis (MT)	4,74	6,01	21,21	13,39
Castanhal (PA)	4,26	5,60	22,71	15,74
Abaetetuba (PA)	2,90	4,28	38,46	24,85
Araguaína (TO)	4,32	5,71	28,73	17,06
Ji-Paraná (RO)	3,95	5,16	22,45	14,55
Parintins (AM)	3,75	4,82	25,00	14,20
Cametá (PA)	2,92	3,79	29,87	21,89
Bragança (PA)	2,90	4,18	37,38	27,43
Açailândia (MA)	2,53	3,78	47,21	30,64

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

**Tabela 2 - Média de anos de estudo e Percentual de pessoas analfabetas de 25 anos ou mais para as capitais estaduais da Amazônia Legal e RMB, 1991 e 2000.**

Município	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	
	1991	2000	1991	2000
Porto Velho (RO)	5,73	6,83	16,18	10,50
Rio Branco (AC)	5,06	5,98	25,02	17,50
Boa Vista (RR)	5,74	6,73	15,99	11,14
Macapá (AP)	5,85	6,91	17,20	11,73
Palmas (TO)	4,63	7,46	21,22	8,50
São Luís (MA)	6,80	7,72	13,63	8,68
Cuiabá (MT)	6,60	7,78	13,05	7,61
Manaus (AM)	6,31	7,22	11,31	7,63
<b>RMB</b>				
Belém (PA)	6,80	7,68	8,91	5,99
Ananindeua (PA)	6,17	7,01	9,33	6,89
Benevides (PA)	3,79	5,33	22,35	13,81
Marituba (PA)	4,11	5,57	20,50	11,89
Santa Bárbara do Pará (PA)	3,20	4,80	25,90	15,80

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.